

Junho de 2003

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – SESSÃO CONJUNTA

Sexta-feira 13 00505

ral, ético e político, com o dever de, cada vez mais, ser fiel à destinação do Brasil e do povo brasileiro.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, como primeiro orador desta sessão, que falará em nome da Câmara dos Deputados.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA s e Srs. Congressistas, cidadãos e cidadãs presentes nesta sessão, é muito importante essa dimensão histórica que o Parlamento deve dar à vida nacional. Comemorar é lembrar juntos, e lembrar não é apenas um exercício intelectual, deve ser um trabalho de compromisso de vida.

O Parlamento significa, no Brasil, desde os tempos coloniais, a possibilidade de alargamento democrático, a possibilidade de legitimação do poder constituído. Por isso, no projeto colonial derivado do absolutismo-mercantilista, foi decisiva a criação das Câmaras Municipais. As Câmaras Municipais são o primeiro e mais basilar elemento da representação no Brasil, representação – é bom que se diga – absolutamente restrita, em que apenas os homens bons – e eram apenas homens mesmo, pois as mulheres não tinham voz nem vez –, os donos de gado e de gente tinham possibilidade de estar presentes. Mas, ainda assim, a própria idéia das Câmaras Municipais expressava que alguma forma de legitimação aquele poder colonial escravocrata precisava ter.

O Presidente José Sarney destacou bem a importância do 3 de maio de 1823. Foi naquela época que começamos, como Estado nacional, a nossa tarefa de construção democrática. De lá para cá – seminários, documentários na **TV Senado** e na **TV Câmara** e toda uma produção para essa cultura tão marcadamente audiovisual do Brasil de hoje vão assinalar isso –, o que percebemos é uma constante luta entre o Parlamento, como possibilidade de ampliação democrática e de representação da nossa gente trabalhadora, anônima, espoliada, sofrida, machucada por séculos de opressão, e aqueles que sequer aceitam essa representação formal e democrática.

A história do Parlamento brasileiro é uma história de luta, de sistole e diástole, de abertura e fechamento, de conflito e acocoramento. Por isso, devemos nos orgulhar do fato acontecido em novembro desse mesmo distante 1823, que foi o fechamento da Assembléia Geral Constituinte. Não nos orgulhamos do fechamento da Assembléia, mas isso só aconteceu porque ali se gestavam idéias que iam contra o

absolutismo de fato, o qual ainda poderia vigor neste País tão novo. Onde há opressão, há resistência. A resistência que alguns tribunos, que alguns constitucionalistas exemplares daquele tempo, evidentemente condicionados pelas idéias dominantes da sua época, opunham a toda forma de autoritarismo e de reconquista levou a esse desfecho absolutamente trágico, mas que foi símbolo de um processo que não pararia aí.

De lá para cá, o que temos visto na história do Parlamento é exatamente isto: quando se democratiza, quando se alarga, o Parlamento expressa o próprio processo de democratização da sociedade. E forças conservadoras, setores das classes dominantes, que têm no autoritarismo um elemento da sua própria cultura, da sua própria ontologia, tentam limitar o Parlamento. E há várias formas de se limitar o Parlamento. Nem sempre é o canhão, nem sempre é o cerco, nem sempre é o fechamento total. Às vezes, como no maldado período de 1964 a 1984, havia a cassação, a restrição, a tentativa de silenciamento dos Parlamentares. Esta é uma forma também muito comum: o emasculamento, a castração do Legislativo. Às vezes, um ou outro Parlamentar acabou cedendo a esse imperativo do arbítrio, despojando seu mandato da grandeza democrática de representação que ele tem.

Finalmente, eu diria que enfrentamos um grande dilema hoje. O Presidente João Paulo, agora substituído, com toda honra, pelo Deputado Inocêncio Oliveira, sabe muito bem que, na Câmara dos Deputados, até hoje – e sou um Deputado neófito, há cinco meses apenas na Câmara Federal –, estamos sendo pautados continuamente pelo Executivo. E digo isso sem nenhum problema, porque se trata do meu Executivo, chefiado pelo meu companheiro de Partido, Presidente Lula. No entanto, essa me parece uma constante. A agenda do Parlamento, quase sempre, embora seja desde Montesquieu um poder autônomo, é a agenda do Poder Executivo. Na Câmara Municipal, com uma ou outra exceção, temos discutido medidas provisórias, mensagens do Executivo e tudo que interessa a essa outra instância do Poder Público. É preciso, porém, que sejamos também protagonistas proativos, formuladores de políticas para este País e não apenas fiscais nas necessárias CPIs, ou apenas importantes na votação de matérias como o orçamento anual. É preciso recuperarmos a capacidade de iniciativa.

Trago dados impressionantes, recolhidos num seminário feito pela Câmara na semana retrasada, para falar de dois períodos de larga democracia representativa no Brasil e mostrar como o nosso Poder

00506 Sexta-feira 13 DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – SESSÃO CONJUNTA Junho de 2003

Legislativo anda apequenado: de 1946 a 1964, na Câmara, a média das sessões legislativas quanto à aprovação de projetos foi de sete originários do Executivo para quatorze da própria lavra do Legislativo – não obteve os dados do Senado; de 1988 a 2000, nesta nova democratização brasileira, neste País de espasmos democráticos em meio ao contínuo autoritário, diminuímos esse rendimento próprio: nada menos do que, em média, quinze projetos do Executivo foram trabalhados e aprovados por mês, contra dois do Poder Legislativo.

Essa é uma forma de limitação do próprio Poder Legislativo. Ele não precisa estar fechado, o instituto da cassação não precisa existir. Se formos continuamente perdendo a nossa capacidade de iniciativa e a nossa possibilidade de interlocução autônoma e harmoniosa com os Executivos; se não nos colocarmos, além de uma usina de produção de idéias para o País e para a sociedade, como um fiscal da lei e das execuções orçamentárias; se não nos colocarmos como produtores das leis emitidas que fazem o Brasil ter uma democracia de alta intensidade, o que significa socialização também dos meios de governar e justiça social, o Parlamento não terá cumprido a sua função.

Portanto, é bonito rememorar. É importante que esta sessão tenha começado com um canto coral tão comovente, tão expressivo da alma brasileira. No entanto, para sermos nós próprios, todos, Parlamentares, Deputados e Senadores, deste 2003, desta Legislatura, dignos desses cento e oitenta anos de tantas lutas e dificuldades, temos de também resgatar esse papel importante do Legislativo, entendendo que a Constituição de 1988 indicou o caminho.

O povo soberano é o dono do poder e o exerce diretamente – por isso, temos de valorizar sindicatos; associações comunitárias; as igrejas que desenvolvem trabalho cidadão, e não de alienação individualista; todos os grupos que, neste Brasil, proliferam, valorizando também a representação que temos desse povo. Fazer não a oposição entre os movimentos sociais e o Parlamento, e não o apequenamento do Legislativo diante do Executivo.

Esse é o nosso desafio. Comemorar é lembrar, juntos, mas é também traçar perspectivas de futuro. Esse é o sentido do nosso trabalho, e isso nos irmana. Creio que é uma tarefa histórica também fazer com que o Parlamento brasileiro jamais volte a ser fechado, como aconteceu em 1823, e jamais volte a ficar apequenado, como ainda tem acontecido, de forma sutil, para resgatarmos o nosso papel de construtores de um Brasil fraterno, igualitário e justo para os nossos filhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para falar em nome do Senado Federal.

Aproveite a oportunidade para agradecer a presença, nesta sessão, do Advogado-Geral da União, Dr. Álvaro da Costa.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney; o Presidente João Paulo acabou de se retirar para resolver problemas na Câmara; nosso Vice-Presidente da Câmara, Deputado Inocêncio de Oliveira; Vice-Presidente do Senado, Senador Eduardo Siqueira Campos; SRA.s e Srs. Congressistas, preliminarmente, se me permitem, quero dizer que ontem, por designação do Presidente José Sarney, estive em reunião do Parlatino discutindo alguns problemas na luta contra a corrupção. E o Presidente Ney Lopes, num gesto amável, solicitou a todos os presentes, representantes de todos os países de Língua Portuguesa e Espanhola, uma moção de aplauso pela passagem dos 180 anos de criação do Poder Legislativo no Brasil. Gostaria que ficasse registrada essa manifestação do Parlatino.

Nesta oportunidade, SRA.s e Srs. Parlamentares, autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, cometerei uma ousadia. Propus a mim mesmo falar sobre alguns dos grandes vultos que ocuparam uma cadeira no Senado.

Digo que isso é uma ousadia, porque fazer uma exposição sobre a História do Senado é, ao mesmo tempo, uma honra e um desafio, maior ainda pela eloquência e pelo conhecimento histórico do discurso pronunciado pelo Presidente José Sarney há poucos instantes. Uma honra, porque esta Casa fez e continua a fazer muito pelo País. Um desafio, no entanto, porque muitos foram os grandes Senadores e muitas foram suas realizações. Pela exigüidade do tempo, porém, será inevitável falar apenas sobre alguns poucos Senadores. Gostaria, é verdade, de falar sobre muitos outros.

A História do Senado se confunde com a História do Brasil. Tem momentos de glórias e momentos de dificuldade. Lembro-me das palavras do grande historiador José Honório Rodrigues, que afirmou que **“a história do Parlamento é um dos capítulos de maior animação de toda a História do Brasil. Ela tem que ser escrita com emoção, com sentimento, recriando o tesouro espiritual que o Parlamento legou à Nação”**.